

JUSTIÇA CIDADANIA

CONSTITUIÇÃO
FEDERATIVA DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

1988

1988



Professor Ives Gandra Martins

TRIBUTO, JUROS E BUREOCRACIA

**A INIBIÇÃO AO
DESENVOLVIMENTO**



PÁTRIA, RAZÃO E LIBERDADE

Leticia Sardas

“Pátria é escolha feita na razão e na liberdade.” Com estas palavras, Tancredo de Almeida Neves, eleito presidente da República, deu àqueles que o elegeram uma demonstração de esperança, de reencontro do ambicionado caminho democrático, depois de um longo período de ilusões perdidas.

Nesse discurso histórico, o timoneiro da democracia, concorrendo os brasileiros, tal como Tiradentes, a fazer do Brasil uma grande Nação, afirmou que a Pátria não é a mera organização dos homens em Estados, mas sim o intransferível conjunto da consciência e do sentimento de cada um dos homens, de que pertencem ao corpo e ao espírito da Nação e são os principais responsáveis por sua coesão e por seu destino.

Quis o destino, no entanto, que a Nação brasileira não pudesse ser dirigida por esse apóstolo da cidadania, para quem a Pátria não era somente o passado, mas sim o futuro que almejava ajudar construir com a promoção de justiça, ou seja, com a promoção da liberdade.

A Pátria brasileira vive novos e difíceis momentos. O século XX foi marcado, mundialmente, por bárbaras violações dos direitos humanos. O tema da dignidade humana encontra-se na pauta de congressos e trabalhos científicos. A liberdade humana, o direito a uma vida digna, a repulsa à tortura, são temas repetidos e indevidamente banalizados.

Fala-se em proteção das pessoas e organismos internacionais se destinam a vasculhar países pobres, empunhando a bandeira da defesa dos direitos humanos.

A recente visita de uma representante da ONU, tecendo comentários e críticas a fatos ocorridos no nosso País, gerou polêmica e discordância de pensamentos, de idéias e até mesmo de ideais, fazendo surgir uma pergunta que não quer calar.

O que é soberania? Com que Pátria sonhamos? Como desenvolver a consciência de que somos nós os responsáveis por nossos destinos?

Talvez essas indagações fiquem para sempre sem respostas. Talvez o nosso povo não esteja preparado para defender seus princípios, seus direitos, seus erros e seus acertos.

Talvez ainda não saibamos escolher nossos dirigentes, deixando-nos ofuscados por brilhos e estrelas, sem buscar o real sentido das promessas preparadas para os palanques e os flashes.

Este é um ano de eleições municipais, em que eleitores e candidatos têm um contato mais próximo, portanto muito propício para repensarmos as eternas perguntas, buscando soluções, discutindo as idéias, transformando o palanque em local de debates de pensamentos reais e não de vãs promessas.

Fome, violência, miséria, pobreza, se resolvem com emprego, saúde, habitação, educação, cidadania, não com filantropia e sequer com discursos.

A Pátria que queremos é uma Pátria livre, soberana, integrada por iguais, povoada por cidadãos.

Só o homem privado de dignidade humana é capaz de desenvolver a consciência de que é ele o responsável pelo seu destino, sem necessitar de favores do Estado, mas ciente de que o Estado existe em razão do cidadão.

O Brasil será a Pátria que queremos quando os direitos humanos forem respeitados e o cidadão tiver orgulho de dizer que vive num país de iguais.

Não poderia encerrar sem citar o discurso proferido por Rui Barbosa em 13 de maio de 1889, na comemoração de um ano da promulgação da Lei Áurea:

“Se o patriotismo, pois, é uma religião, constituimos em torno desta data o seu santuário: um tabernáculo onde não penetre nem a covardia, nem a imoralidade, nem a violência, onde o povo vá retompar a sua energia, e a nação buscar os títulos do seu direito”.

Plagiando a idéia, e para não perder o ideal de soberania, deveríamos transformar, neste ano eleitoral, os palanques municipais em tabernáculos, mostrando aos candidatos a cargos políticos que o cidadão brasileiro quer uma Nação onde possa buscar os títulos do seu direito de País livre, soberano, onde não penetre nem a covardia, nem a imoralidade, nem a violência, formado por um povo que a escolheu com razão e com liberdade!

Desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro